



ACÓRDÃO Nº 693/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11261/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos – FAPEN
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Jair de Souza Brito (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3538/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos – FAPEN. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Concessão de Prazo.
Recomendação. Determinação. Ciência.
Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Jair de Souza Brito**, Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos –FAPEN, no curso do exercício 2016, com fulcro no art. 22, III, alínea b, da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Jair de Souza Brito** no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, pelos **itens 1; 3 (3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7); 4 (4.1, 4.2, 4.3); 6 (6.3, 6.4, 6.5); 7 (7.1, 7.2, 7.3, 7.4); 11; 13 e 14**, com fulcro no art. 54, inciso II, da Lei n.º 2423/96-LOTCE c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/02- RITCE/AM;
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo*



ACÓRDÃO Nº 693/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Jair de Souza Brito** no valor de R\$ 9.864,27 (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais, e vinte e sete centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, pelo **item 2**, não remessas mensais do mês de abril a dezembro do FAPEN ao sistema E-contas, fulcro no art. 308, II, da Lei n.º 2423/96-LOTCE;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Conceder Prazo ao Sr. Jair de Souza Brito** de 30 dias para o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea "a" da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;

- 10.5. Recomendar ao Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos - Fapen** que:

- 10.5.1. A atual administração observe as regras e determinações contidas na Resolução TCE 04/2002, quanto ao encaminhamento dos Atos de Aposentadoria dos servidores e agentes públicos do Município de Barcelos, cujos vínculos pertençam ao RPPS;
- 10.5.2. Realize recenseamento previdenciário anualmente, conforme art. 9º, II, da Lei nº 10.887/04;
- 10.5.3. Envie no prazo previsto os documentos relacionados no art. 3º, "c", da Resolução TCE nº 08/11;
- 10.5.4. envie no prazo previsto no CRP, o comprovante de repasses e retenções das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS pelo Ente Federativo, Poder Legislativo e



ACÓRDÃO Nº 693/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

demais entidades públicas e o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR, conforme art. 3º, “a”, da Res. TCE nº 08/11;

- 10.5.5. encaminhe no prazo previsto o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses e os Demonstrativos Contábeis ao Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público -DRPSP da Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, conforme art. 5º, XVI, “f” e “h” e § 6º, II e III, da Portaria MPS nº 204/08 e arts. 6º, 16 e 17 da Portaria nº 402/08;
- 10.5.6. proponha ao Poder Executivo Local a criação do Conselho Fiscal na estrutura do RPPS, respeitando os limites da taxa de administração, conforme art. 61, § 1º, II, “e”, da CF/88 e art. 1º, VI, da Lei nº 9.717/98;
- 10.5.7. regularize, em conjunto com a Prefeitura e Câmara de Vereadores, a situação do Certificado de Regularidade Previdenciária do município perante o Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP da Secretaria de Políticas de Previdência Social, considerando o art. 7º da Lei nº 9.717/98, o art. 1º do Decreto nº 3.788/01 e o art. 5º da Portaria MPS nº 204/08;
- 10.5.8. providencie a cobrança administrativa junto à Prefeitura e à Câmara de Barcelos dos valores devidos e não repassados (recolhimento) dos valores referentes às contribuições previdenciárias (cota do ente e dos servidores) dos exercícios em aberto, notadamente, 2016, conforme art. 1º, II, da Lei nº 9.717/98, art. 5º, I, “a”, “b” e “c”, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 24, § 1º, II, da ON SPPS/MPS nº 02/09, sob pena de solidariedade.

10.6. Determinar

- 10.6.1. À DICARP que verifique se foram encaminhados, para apuração da legalidade, todos os processos de aposentadoria e pensão concedidos no exercício de 2016, bem como, o item 12 Relatório-Voto. Caso não identifique o registro de encaminhamento dos referidos processos, adote as providências cabíveis;
- 10.6.2. À DICERP verifique e adote as medidas cabíveis quanto aos Repasses das Contribuições Previdenciárias da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Barcelos, exercício de 2016, devidas ao FAPEN, correspondentes aos itens 9 e 10;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº 693/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.7. Dar ciência ao Sr. Jair de Souza Brito**, ex-Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos – FAPEN, da decisão;
- 10.8. Arquivar** o presente processo após cumprimento de decisão, nos termos regimentais.
- 11- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 23 de Outubro de 2018
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral